



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

**SUBEMENDA ADOTADA PELA CCJC
AO SUBSTITUTIVO DA CSSF
AO PROJETO DE LEI Nº 217, DE 2019**

(Apensado PL 1.794/2019)

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para assegurar ao adolescente apreendido e a seus responsáveis a indicação de advogado, a remessa dos autos da apreensão para a Defensoria Pública, e para incluir a defesa técnica por defensor público em todas as fases do procedimento de apuração do ato infracional no rol das garantias processuais do menor em conflito com a lei.

Dê-se ao art. 107 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), que o art. 2º do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família, pretende alterar, a seguinte redação:

“Art. 107. A apreensão de qualquer adolescente e o local em que se encontra recolhido serão incontinenti comunicados à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada, e, caso não informe o nome de seu advogado, à Defensoria Pública.

.....
.....” (NR)

Sala da Comissão, em 27 de maio de 2025.

Deputado PAUZO AZI
Presidente

